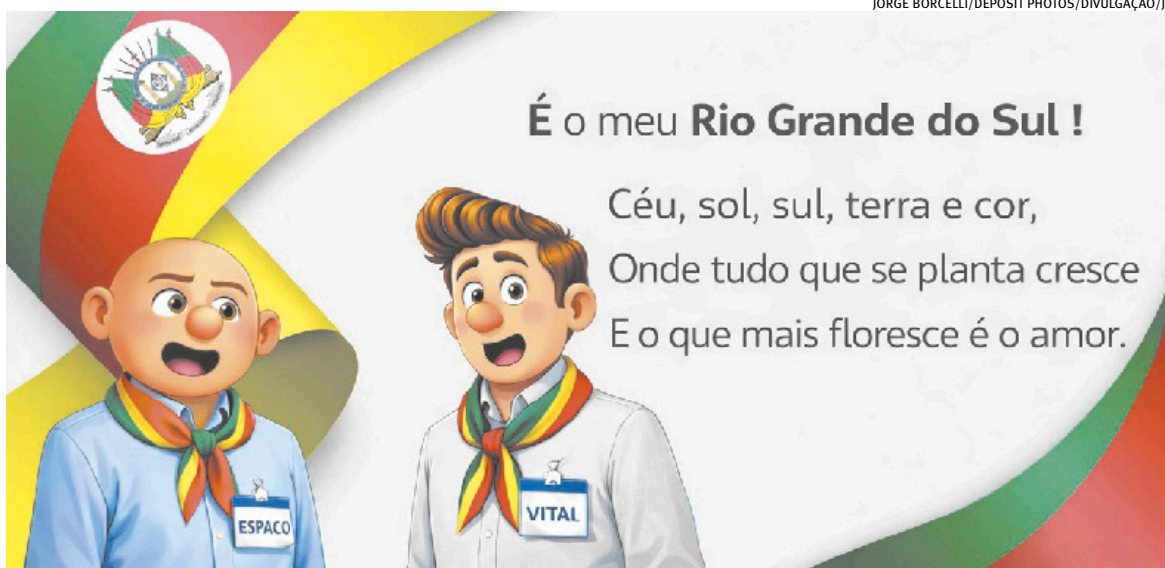




Espaço Vital

Marco Antonio Birnfeld

123@espacovital.com.br



JORGE BORCELLI/DEPOSIT PHOTOS/DIVULGAÇÃO/JC

Paródia de baixo calão contra festejada canção tradicionalista

A Justiça gaúcha determinou, em primeiro grau, o pagamento de indenização por dano moral em ação proposta pelo filho e herdeiro do compositor gaúcho Jader Moreci Teixeira, conhecido artisticamente como “Leonardo”. Ele é o autor - entre outras - da festejada canção “Céu, Sol, Sul, Terra e Cor”. A demanda judicial buscou a proteção da integridade da obra e a reparação pela ofensa à honra do artista. O autor da ação tem o mesmo nome do genitor, com o acréscimo da expressão Filho. O artista faleceu em 7 de março de 2010, com 71 de idade.

A petição inicial sustentou que a memória do pai “fora atingida por expressões vulgares e de baixo calão utilizadas pelas autoras da paródia”. As rés Ana Clara Gleich Matielo Lemos (produtora cultural) e Clarissa Figueiró Ferrei-

ra (compositora) apagaram a paródia logo após serem citadas. Este era um dos pedidos da ação.

Dentre outras aberrações contra a versão original da obra, a paródia postada nas redes sociais excluiu a parte “É o meu Rio Grande do Sul, céu, sol, sul, terra e cor // Onde tudo que se planta cresce // E o que mais floresce é o amor”. E houve a substituição por uma frase chocante: “É o meu louco fogo no c, céu pro c, ó minha flor, onde tudo que aqui entra cresce e o que me emputece é o pudor”.

A mesma sátira também extirpou o trecho “Fazer versos cantando a beleza // Desta natureza sem par // E mostrar para quem quiser ver um lugar pra viver sem chorar”. Aí a substituição foi por “fazer versos cantando as façanhas dessa natureza sem pau, e gozar no palco e na tv, pra quem quiser

ver se alegrar”.

O juiz Alexandre Tregnago Pannichi, do 2º Juizado Especial Cível de Porto Alegre, referiu na sensata sentença que “embora a paródia seja modalidade reconhecida de expressão artística, não prevalece quando ela se converte em ridicularização ofensiva que atinge direitos da personalidade e desrespeita o valor cultural da obra”.

A condenação foi arbitrada em R\$ 8 mil. Em crítica jornalística pontual, o Espaço Vital avalia que o valor arbitrado foi, porém, irrisório. A pretensão indenizatória fora de R\$ 40 mil e tal pedido está sendo reiterado em recurso já apresentado pelo filho. Atuam, em nome do autor da ação os advogados Rodrigo Ribeiro Sirangelo e Washington Luis Rubiano. Não há trânsito em julgado. (Processo nº 5234113-09.2024.8.21.0001).

Pouco trabalho... zero trabalho

Reticente manchete jornalística que diz tudo: “Juiz acusado de não trabalhar é punido com... afastamento do trabalho.” É o caso do magistrado Rerison Stênio do Nascimento, do TRT da 2ª Região (SP). Esta semana, o CNJ reconheceu o histórico persistente dele: baixa

produtividade e descumprimento reiterado de planos de trabalho.

Após o período de suspensão - 30 dias, durante os quais seguirá recebendo salário - o juiz poderá retornar às funções. Desde que demonstre capacidade de superar os problemas de desempenho.

Plantão generoso

O Conselho Nacional de Justiça impôs, na terça-feira (10), a pena de aposentadoria compulsória ao desembargador Divoncir Schreiner Maran, do TJ de Mato Grosso do Sul. Ele era acusado de ter autorizado a prisão domiciliar para o supertraficante Gérson Palermo, o ‘Pigmeu’, chefe do PCC na região.

Mesmo condenado a 126 anos de prisão, ‘Pigmeu’ - que estava preso desde 2017 - foi liberado no plantão forense de 21 de abril de 2020. Ele fugiu e nunca mais foi localizado. Inquérito da Polícia Federal aponta que o magistrado “lavou” - por meio da compra de gado - o dinheiro de propina recebida em troca da generosa decisão.

O tamanho do rombo

Clientes da Fictor Holding e da Fictor Invest - empresas que concentram as participações societárias e as operações financeiras do conglomerado que tem 12 empresas - organizaram associação para cobrar R\$ 4 bilhões em investimentos. A nova entidade deve avaliar as condições de recuperação judicial e organizar as respostas para 13.041 credores individuais e empresas.

As devedoras prometem pagar o valor integral. Os que acreditarem, levam a mão.

Os mais e os menos corruptos

A ONG Transparência Internacional divulgou, na terça-feira (10), o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2025, que avalia o nível de malfeitos no setor público em 182 países. O Brasil manteve sua pior posição histórica, com 35 pontos em uma escala de 0 a 100, ocupando o 107º lugar. Estamos abaixo da média global e regional que é de 42 pontos. Em nota, a Controladoria-Geral da União contestou “o uso do índice de percepção como

medida direta da corrupção”.

Para uma nossa saudável inveja, eis - pela ordem - a relação dos países com melhor acuidade: Dinamarca, Finlândia, Singapura, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Luxemburgo, Holanda e Alemanha.

E que não nos venham ensinamentos corruptores dos dez piores: Coreia do Norte, Síria, Nicarágua, Sudão, Eritreia, Líbia, Iêmen, Venezuela, Somália e Sudão do Sul.

Entre a legalidade e a aparência

Levantamento divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo revelou que 1.860 processos em tramitação no STF e no STJ envolvem - como advogados - parentes de primeiro grau de oito ministros dessas cortes. Desses casos, 1.289 (exatamente 69%), foram iniciados após a nomea-

ção dos ministros cujos familiares atuam na advocacia.

A conjunção, isoladamente, não configura qualquer irregularidade ou ilícito. Mas reacende um debate sensível e estrutural: a percepção de (im) parcialidade do Poder Judiciário brasileiro.

Afrouxamento supremo

O problema não é ministro ser sócio de fazenda, mas usar jatinho do fazendeiro e julgar seus casos. Seria interessante, a propósito, conhecer a nominata de todas as autoridades que voaram nos aviões do (ex) banqueiro Daniel Vercaro.

Integrantes do STF afrouxaram o Código de Processo Civil para admitir que seus parentes possam defender empresas no tribunal, sem que isso os impeça de julgar todos os processos delas...

‘Eficiência’ de falso advogado

Um homem fingiu ser advogado, ganhou 26 casos judiciais, foi preso, depois se defendeu sozinho e ganhou novamente. A multiplicidade das atuações ocorreu no Quênia e veio a público após alerta da The Law Society of Kenya (LSK). Conforme a entidade, “o suspeito conseguiu acesso ilegal ao portal online que reúne advogados registrados”. Após invadir o sistema, ele assumiu um registro com um nome semelhante ao de um advo-

gado verdadeiro. Então alterou o e-mail cadastrado e substituiu as imagens originais pelas dele.

De acordo com a Organização Central de Sindicatos do Quênia (COTU), ele seria uma “mente jovem brilhante que teve sucesso sem as qualificações tradicionais”. Ah, esse país situado na África Oriental ocupa a 121ª posição entre os 195 países avaliados no Índice Mundial de Percepção da Corrupção.

Depois de 24 anos

Um operador de máquinas da Chocolates Garoto S.A., de Vila Velha (ES), acometido de câncer de pele, pediu reintegração e indenização à empresa. Alegou que sua dispensa foi discriminatória, para impedi-lo de ter direito ao plano de saúde vitalício. O trabalhador estava na empresa há 24 anos.

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acolheu o recurso, ante sedimentos da jurisprudência superior: “Em casos de doença grave que gere estigma ou preconceito, cabe ao empregador provar que houve outro motivo para a dispensa”. (Processo nº 0000809-49.2023.5.17.0013).